



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS
RENOVÁVEIS - IBAMA
DIRETORIA DE INCENTIVO À PESQUISA E DIVULGAÇÃO - DIRPED
CENTRO DE PESQUISA E EXTENSÃO PESQUEIRA DAS REGIÕES SUDESTE E
SUL - CEPSUL



RELATÓRIO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DA PESQUISA PESQUEIRA NAS REGIÕES SUDESTE E SUL

Itajaí, Agosto /1994

1. INTRODUÇÃO

Responsáveis por aproximadamente 80% da produção pesqueira marinha brasileira, as regiões sudeste e sul, juntas, representam uma importância sócio econômica de grande relevância no contexto nacional. Estas regiões, caracterizadas por uma diversidade de recursos e conseqüentemente, pelo desenvolvimento de uma frota pesqueira de grandes proporções e por uma pesca de pequena escala ao longo da costa, necessitam de um acompanhamento sistemático da atividade, não apenas dos recursos tradicionais, como também das pescarias ditas emergentes para uma correta administração dos recursos.

Há aproximadamente 20 anos este trabalho de acompanhamento vem sendo realizado pelo Governo Federal através do antigo Programa de Desenvolvimento Pesqueiro do Brasil (PDP), posteriormente pela SUDEPE e, atualmente pelo IBAMA. Este trabalho foi desenvolvido satisfatoriamente até o ano de 1984, quando se dispunha de equipes técnicas especificamente treinadas em todas as Superintendências da SUDEPE distribuídas pelos estados, e, por universidades e instituições estaduais, dirigidas ao estudo das potencialidades marinhas.

Nos últimos 10 anos, não obstante aos esforços realizados para a manutenção deste trabalho, tem-se observado um esvaziamento destas equipes e principalmente das estruturas existentes para a realização das atividades de campo, que exigem grandes deslocamentos às localidades de desembarque, bem como a execução de pesquisas a bordo de embarcações de pesquisa e da própria frota. Este esvaziamento ficou mais evidenciado com a criação do IBAMA devido, obviamente, às inúmeras atribuições que o novo órgão assumiu com relação ao manejo e controle do ambiente de uma maneira geral. Houve o deslocamento de pesquisadores altamente qualificados na área pesqueira para outras áreas da fauna, ecossistema, fiscalização e administração e o que é mais grave, não aconteceu a aquisição/renovação de pessoal para suprir as lacunas existentes.

Por outro lado, a pesquisa pesqueira, dentro das Superintendências, ficou reduzida a grupos de pesquisadores que heroicamente tentam levar a cabo, dentro das maiores dificuldades seus projetos de pesquisa e realizar o atendimento das questões rotineiras que necessitam da participação técnica. A estrutura organizacional das superintendências não permite o desenvolvimento de maneira satisfatória destas atividades.

Com responsabilidade de executar e coordenar a pesquisa pesqueira nas regiões SEIS, o CEPESUL vem acompanhando este problema atentamente e constatando a tendência cada vez maior do enfraquecimento de nossas estruturas de apoio e pessoal nas unidades sob sua jurisdição. Este fato provocou um seminário interno onde foi discutida a melhor forma de se atacar o problema, optando-se pela formação de uma comissão de avaliação que, deslocando-se aos estados, verificou "in loco" a real situação da pesquisa nestas regiões.

Torna-se necessário salientar que o trabalho de pesquisa na área da pesca é caracterizado por uma situação bastante peculiar, pois os recursos marinhos podem apresentar uma série de características que variam de acordo com sua área de ocorrência, podendo ser de abrangência regional, local, costeiros, estuarinos, de alto mar etc.

Com relação aos recursos regionais (sardinha, atuns e afins, peixes demersais, camarões e outros), devemos enfatizar a importância da existência dos GRUPOS PERMANENTES DE ESTUDOS (GPEs), no desenvolvimento da pesquisa/estatística para a condução da política de administração destes recursos compartilhados por vários estados do SE/S. Estes grupos (interinstitucionais) constituídos há mais de 15 anos, vem subsidiando o Governo Federal através da apresentação de trabalhos específicos de biologia pesqueira, tecnologia de pesca, sócio-econômica, e estatística pesqueira referente a cada recurso estudado.

Por outro lado, devido a sobrepesca que estes recursos tradicionais vêm sofrendo, o próprio setor pesqueiro vem diversificando suas atividades para outras pescarias, como rede de emalhar sobre

cações e peixes demersais, pesca de anzol sobre pargo, cherne e batata, pesca de mar novo, arrasto de profundidade etc. Pescarias estas desenvolvidas sem qualquer tipo de acompanhamento por parte dos responsáveis pela pesquisa e administração dos recursos pesqueiros no Brasil. Soma-se a esta falha, a total falta de uma política de acompanhamento da frota arrendada, principalmente arrasteiros, que atuam na nossa costa, cujas informações são contestadas pela nossa experiência, porém carentes de comprovações pela ausência de observadores a bordo.

A nível local, ou seja, com relação aos recursos ditos de ocorrência estadual, a situação não é diferente. O corpo técnico das superintendências mal consegue realizar o trabalho de rotina que se resume ao atendimento das questões normativas e burocráticas de apoio às SUPES. Não há pessoal nem estrutura física, e tampouco uma diretriz do órgão sobre as prioridades e atividades de uma DITEC. Se não há pesquisa, não há condições de realizar pareceres técnicos fundamentados e, portanto, estão passíveis de falhas e críticas por parte da sociedade em geral.

Se produzíssemos 80% do volume de pescado marinho teríamos o maior parque industrial do País, com uma frota mais diversificada e bem desenvolvida e, portanto, socioeconômica mais importante. É inacreditável a total carência e desatenção das autoridades com o setor. É inconcebível a manutenção desta situação. Se não forem tomadas as medidas necessárias com urgência, o pouco que ainda se desenvolve corre o risco de uma paralisação total, em um curtíssimo espaço de tempo.

Este documento objetiva alertar a presidência do IBAMA para a gravidade da situação da pesquisa pesqueira nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, descrevendo a realidade encontrada por esta comissão nos estados visitados, e bem como, apresentar sugestões que possam minimizar as dificuldades existentes e/ou apontar novos caminhos para a retomada dos trabalhos.

2. SITUAÇÃO ATUAL

Os problemas detectados e/ou dificuldades observadas nas SUPES do SE/S, no que tange a execução dos trabalhos, pouco diferem entre si, tendo como ponto de partida para qualquer discussão a falta de um organograma que defina ao administrador (Superintendente) a diretriz ou filosofia de trabalho a ser seguida, de modo a garantir a constância entre as SUPES e a continuidade dos projetos. Outro fato importantíssimo é que os projetos ora em desenvolvimento estão na dependência de pessoas e não a nível institucional, ou seja, se o técnico responsável vier a faltar, o projeto em si corre o risco de perder a continuidade ou simplesmente, se extinguir. Este fato se agrava com o reduzido quadro de pessoal existente, produzido principalmente pela evasão de técnicos capacitados para outras áreas. Para efeito didático e sem tornar cansativa a abordagem da problemática envolvida, passaremos a descrever o atual estágio em que se encontra a pesquisa dos principais projetos regionais, nas superintendências.

ESPÍRITO SANTO

A nível regional, a SUPES está envolvida com os Projetos Biologia Pesqueira Camarão e Estatística Pesqueira. O único técnico disponível é o responsável pela execução de ambos os projetos contando, apenas, com o auxílio de um agente administrativo.

BIOLOGIA CAMARÃO: começou a ser desenvolvido neste estado, por recomendação da V Reunião do GPE Camarão em 1984. As amostragens biológicas de camarão sete barbas e rosa tiveram início a partir de 1986, contando na época com dois técnicos de nível superior. As metas previstas nunca foram alcançadas, devido principalmente à falta de recursos financeiros e materiais. A partir de 1992, agravou-se ainda mais este quadro devido à falta de recursos humanos, culminando com a paralisação da atividade.

ESTATÍSTICA PESQUEIRA; a partir de 1992 a atividade começou a sofrer um processo de esvaziamento com a redução dos servidores envolvidos. O projeto conta apenas com 5 coletores de dados para cobrir 14 municípios. Estima-se que apenas 65% da produção estadual seja computada. Em março deste ano o CEPESUL enviou para a SUPES, um micro 386 completo, e treinou um servidor

para trabalhar exclusivamente as informações de desembarque. No mês seguinte, este servidor foi transferido para outro setor - sem muita explicação- e colocado outro em seu lugar sem qualquer preparo. A sumarização dos dados está parada e, conseqüentemente, a qualidade dos trabalhos comprometida.

OUTRAS ATIVIDADES: O técnico também está envolvido com dois outros projetos; um de Identificação das Artes de Pescar e outro de Normatização da Pesca do Robalo e da Manjuba na Área do Rio Doce.

RIO DE JANEIRO

Em termos de biologia pesqueira a SUPES desenvolve os projetos sardinha, camarão, atuns e afins e estatística pesqueira. O quadro técnico na biologia pesqueira é composto por 3 pesquisadores, cada um responsável por um projeto e um outro, que auxilia a todos. Para a estatística pesqueira há 3 pesquisadores e 12 auxiliares, sendo 11 coletores.

CAMARÃO: o projeto camarão estuda a dinâmica das espécies de camarão branco, rosa, sete-barbas, barba-ruça e santana, de acordo com a metodologia definida no Programa Integrado de Estudos Biológicos do Camarão. Aqui também persiste a dificuldade em obter amostras devido à distância entre a sede e os locais de amostragem situados ao norte, (+/- 300 km) e ao sul (+/-200 km) do Estado. Amostragens esporádica, sem uma frequência, no mínimo, mensal não contribuem em nada.

ATUNS E AFINS: segue a metodologia proposta pelo grupo de estudos aprovado pelo ICCAT. A manutenção da continuidade das amostras não passa pelos problemas acima explicitados. Os pontos de desembarque estão em média a 20 km da sede. O entrave apontado, mais uma vez, é a falta de auxiliares nas amostragens que, para serem cumpridas, contam com o apoio de todos da área de pesquisa.

Cabe esclarecer que a SUPES/RJ conta, até o momento, com uma viatura exclusivamente para a área de biologia e estatística, adquirida através da DIRPED, via CEPSUL.

ESTATÍSTICA PESQUEIRA: o principal entrave é o esvaziamento que a rede de coleta vem sendo submetida nos últimos anos não só pela evasão natural (morte/aposentadoria), sem a devida reposição, como pela desvalorização imposta à coleta de dados. Atualmente, existem apenas 11 coletores, quando o ideal para o estado seria uma rede com 38. A celebração de convênios de cooperação com algumas Prefeituras é que ainda mantém a estatística dentro de padrões confiáveis. Este mecanismo mostra-se frágil quando algum problema de ordem político/administrativo põe o IBAMA e Prefeitura em conflito.

OUTRAS ATIVIDADES: A equipe técnica não está no momento envolvida com qualquer tipo de pesquisa a nível local. Os pesquisadores, além da rotina dos projetos, são solicitados a fornecer pareceres nos inúmeros processos que tramitam sobre a atividade pesqueira.

SÃO PAULO

Em São Paulo a situação difere dos demais estados, em vista de que o Instituto de Pesca da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, através de sua Divisão de Pesca Marítima em Santos, vinham desenvolvendo tradicionalmente, e a contento, os trabalhos de Estatística pesqueira, amostragem biológica dos principais recursos pesqueiros do Estado, tecnologias de pesca e outros. Os resultados destes trabalhos sempre foram levados aos GPEs a convite da SUDEPE/IBAMA. Nos últimos anos, porém, o Instituto de Pesca passa por uma fase difícil, com vários problemas internos, o que compromete substancialmente a continuidade dos trabalhos.

Na ex-Coordenadoria da SUDEPE/SP, até 1988, o Programa Integrado de Estudos Biológicos da Sardinha (PIEBS) era o único projeto piloto executado e coordenado por São Paulo, onde existia uma equipe de 5 pessoas que recebia e analisava as amostras e os dados biológicos da sardinha. Apenas um projeto local era desenvolvido, sobre biologia da manjuba no litoral sul do Estado. Após 1989, o PIEBS não teve continuidade, a equipe se desfez e atualmente existem apenas duas pesquisadoras diretamente ligadas às atividades de pesquisa pesqueira, a qual é apoiada graças a um acordo de cooperação técnica entre o IBAMA e o Instituto Oceanográfico da USP, vigente até novembro de 1994.

Através deste acordo de cooperação técnica, foi realizado um trabalho de Avaliação do Estoque de Sardinha, aplicando-se modelos matemáticos, utilizando-se os dados bioestatísticos da pesca. Outros projetos de Avaliação da biomassa de sardinha e anchoita por métodos diretos, em conjunto com a Fundação Universidade do Rio Grande e Instituto Oceanográfico estão paralisados devido à falta de recursos financeiros para operacionalizar o NPq ATLANTICO SUL. Estão em andamento, outros projetos sobre recursos pelágicos como: tainha *Mugil platanus* e xixarro *Trachurus lathami*.

Na SUPES não há laboratório. Trabalham em conjunto com outros técnicos em um amplo salão, onde se convencionou chamar de "Ordenamento", sob a chefia do Setor de Ecossistemas. Além destas limitações, as referidas pesquisadoras possuem outras atribuições, não só de ordem burocrática como também são solicitadas para resolver problemas locais, inclusive de águas interiores.

PARANÁ

A princípio, a SUPES deveria, através do POCOF em Paranaguá, desenvolver amostragens biológicas de sardinha e camarão e promover a coleta de dados.

Única e exclusivamente por falta de equipe técnica, desde 1990 não se faz absolutamente nada de amostragem. A estatística pesqueira é que ainda se mantém, contando com 5 coletores e um técnico de nível superior que sumaria os dados de desembarque. Estima-se que 70% do desembarcado seja computado.

OUTRAS ATIVIDADES: Paradoxalmente, foi financiado pelo PNMA um projeto para estudar a biologia do camarão na Baía de Paranaguá, e que não foi executado por falta de um técnico. Também está previsto, para este ano, um projeto de pesquisa de cultivo de ostras, financiado pelo DEPAQ / PNMA.

SANTA CATARINA:

A Superintendência Estadual, em Florianópolis, não desenvolve uma linha de pesquisa em pesca. Os dois técnicos de nível médio, responsáveis pela área de pesca estão direcionados à parte de ordenamento. Os dados de estatística pesqueira gerados pela rede de coletores são repassados ao CEPSUL para sumarização e integrados ao banco de dados. Há uma proposta dos técnicos, em iniciar um projeto de pesquisa sobre a pesca do camarão nas Lagoas de Imaruí e Santo Antônio, em Laguna, visando estabelecer um período de defeso para a pesca com redes de aviãozinho. Este projeto seria desenvolvido contando com assessoria do CEPSUL.

O CEPSUL, localizado em Itajaí, por sua vez, executa atividades de pesquisa em peixes demersais, atuns e afins, camarão, e até, recentemente, sardinha. Desenvolve também alguns projetos de abrangência estadual - preservação de meio ambiente - e a coordenação e execução da estatística pesqueira no estado. Na área de biologia atua 6 pesquisadores, cada um responsável por um projeto e 2 auxiliares de pesquisa; a estatística pesqueira está a cargo de dois outros técnicos de nível médio, em vias de obter a graduação em biologia.

Apesar de dispor de excelente infra-estrutura física e de recursos financeiros, é afetado pela

situação caótica em que se encontram os demais estados e que reflete diretamente na execução dos projetos regionais coordenados pelo CEPESUL. A exemplo dos outros estados, os projetos estão na dependência de pessoas e não a nível institucional. Um exemplo prático disto é o caso da sardinha.

A área de tecnologia conta com 3 pesquisadores (sendo um o Chefe do CEPESUL) e um auxiliar. Os projetos de tecnologia de pesca estão com o andamento prejudicado pela total falta de pessoal técnico e de apoio. Embora o N/Pq DIADORIM esteja em plenas condições de operacionalização, a embarcação não possui tripulação para navegar (a tripulação se resume a um chefe de máquinas e dois pescadores). Além disto, toda a equipe de tecnologia está envolvida com a fiscalização da construção do N/Pq ALMTE. PAULO MOREIRA. Cabe ressaltar que quando esta embarcação for lançada ao mar nos próximos dias, não contará com tripulação para operacionalizá-la; tripulação esta que já deveria ter pleno conhecimento de todo funcionamento da embarcação através do acompanhamento de sua construção.

RIO GRANDE DO SUL

No Rio Grande do Sul, a SUPES em Porto Alegre não faz qualquer tipo de pesquisa. O Centro de Pesquisas do Rio Grande CEPERG - em Rio Grande, subordinado administrativamente à SUPES, é o responsável pelo desenvolvimento de trabalhos de pesquisa pesqueira no âmbito regional de camarão, peixes demersais, atuns e afins e estatística pesqueira. Conta em seu quadro com 8 pesquisadores e 12 auxiliares. A exemplo do CEPESUL, o Centro possui uma infra-estrutura física satisfatória, apresentando inclusive os mesmos problemas.

Um fato excepcional merece destaque para toda a região SE/S. O projeto estatístico pesqueira vem sendo desenvolvido desde 1945 e mantido ininterrupto, caracterizando-se como o único projeto institucional.

OUTRAS ATIVIDADES

O CEPERG desenvolve trabalhos nas áreas de educação ambiental, levantamento econômico de atividade pesqueira, e extensão pesqueira.

3. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Ao compararmos as distintas situações encontradas nos estados visitados podemos considerar o seguinte:

No caso das SUPES, foi verificada a total falta de infra-estrutura e direcionamento administrativo para a pesquisa e até mesmo para a própria atividade pesqueira. Tal situação deve-se ao fato de que a estrutura organizacional do IBAMA não contempla todas as atividades atribuídas ao órgão gestor da política ambiental do País. Este fato fica evidenciado quando cada SUPES adota um organograma próprio. Não cabe aqui discutir ou questionar o comportamento profissional dos superintendentes, mas sim a falta de uma diretriz única que não permita a criação de distorções, nas constantes trocas administrativas; situação esta que inegavelmente compromete a continuidade de toda a superintendência.

Outro fato a se considerar com relação à execução dos projetos de campo é a distância entre os locais de coleta de informações básicas e a SUPES, localizadas via de regra nos grandes centros.

Ao observar a situação encontrada nos Centros (CEPSUL e CEPERG), conclui-se que estratégica e administrativamente as infra-estruturas correspondem ao desejado. As bases são

localizadas nos centros de produção, há um direcionamento da atividade meio para a atividade fim e conseqüentemente se criam as condições ideais para o desenvolvimento dos projetos.

Evidencia-se que, excetuando-se o problema da carência de recursos humanos existente atualmente nos centros de pesquisa, estes seriam os modelos ideais a serem implantados nos demais estados do SE/S.

4. EXEQUIBILIDADE DOS PROJETOS

SARDINHA: o projeto biologia pesqueira sardinha é desenvolvido nas SUPES RJ; SP; PR e SC (CEPSUL).

Até 1988, o PIEBS era o projeto piloto para a pesquisa da sardinha, e que deixou de existir após este período com a criação do IBAMA. O CEPSUL passou a centralizar as atividades básicas sobre pesquisa da sardinha no SE/S.

Há bem pouco tempo a pesquisa de sardinha estava limitada ao CEPSUL, uma vez que no Rio de Janeiro as amostragens são esporádicas por todos os motivos já explicados. Em São Paulo as informações básicas são geradas pelo IPESCA.

No CEPSUL é garantida a continuidade da obtenção de amostras; o único senão é a disponibilidade do produto no desembarque. Com o falecimento do pesquisador responsável (Jackson de Sá Revoredo), abriu-se uma lacuna que até o momento não foi preenchida, devido exclusivamente à dependência do projeto a uma só pessoa.

CAMARAO: o projeto é desenvolvido nas SUPES, ES; RJ; PR; SC (CEPSUL); RS (CEPERG).

Tanto no Espírito Santo como no Rio de Janeiro, os locais de amostragem são distantes da sede, em municípios litorâneos ao longo do litoral, o que demanda disponibilidade de viatura, diárias e pessoal. As amostras obtidas de pouco adiantam, pois não mantêm a continuidade devida. Em São Paulo, também não há pesquisa de camarão. As informações biológicas e estatísticas da espécie são coletadas e repassadas ao IBAMA, pelo Instituto de Pesca por ocasião da reunião do GPE.

No Paraná, a SUPES também não desenvolve qualquer estudo para esta espécie. No caso de Santa Catarina, o CEPSUL desenvolve pesquisa sobre a pesca do camarão sete barbas no litoral norte do estado. Única e exclusivamente por falta de recursos humanos é impossível ampliar à área de atuação.

Cabe ressaltar que em 1992 foi criado o Plano Integrado de Estudos Biológicos do Camarão no Sudeste /Sul e que não obteve êxito pelas razões acima.

ATUNS E AFINS: este projeto é executado nas SUPES RJ/SC (CEPSUL); RG (CEPERG)

Pode-se dizer que este é o único projeto que vem sendo desenvolvido a contento nos três estados. Não detectamos nada de tão grave que possa comprometer sua continuidade, a não ser o fato de que também só há um pesquisador responsável pela sua manutenção, em cada local.

PEIXES DEMERSAIS: Este projeto só é desenvolvido pelo CEPSUL e CEPERG. Sua continuidade é condicionada a permanência de um pesquisador em cada centro.

ESTATÍSTICA PESQUEIRA: Destaca-se como o projeto mais importante a ser implementado, uma vez que os dados básicos de desembarque captura e esforço de pesca são de vital importância para a avaliação do potencial de qualquer recurso pesqueiro. Conseqüentemente, a adoção de medidas administrativas de exploração e conservação, são funções inquestionáveis do Governo Federal, delegada ao IBAMA, uma vez que, se trata de um patrimônio do povo brasileiro.

Com exceção do estado de São Paulo, onde o Instituto de Pesca através da Divisão de Pesca Marítima controla toda a produção estadual, compete às demais SUPES do SE/S esta atividade.

Infelizmente este projeto vem agonizando não só pela carência de pessoal para sua execução, quanto pela desvalorização da atividade.

5. CONCLUSÕES

Ao considerarmos o panorama apresentado anteriormente, podemos concluir que a situação da pesquisa pesqueira nas regiões SE/S está entrando em uma fase extremamente preocupante. A completa desestruturação que as equipes técnicas foram sofrendo ao longo dos últimos anos e o conseqüente enfraquecimento do nível das pesquisas de um modo geral indica que alguma providência deve ser tomada com urgência para a retomada dos trabalhos. A biologia pesqueira dos recursos regionais está totalmente abandonada, com exceção dos Centros que também estão perdendo o fôlego, principalmente pela falta de renovação de pessoal. Neste contexto, fica difícil dar continuidade aos Grupos Permanentes de Estudo sobre as principais espécies exploradas. Estes grupos estão hoje reduzidos a algumas pessoas que possuem um mínimo de informações sobre desembarque e dos parâmetros biológicos, relativos à espécie.

Os recursos locais, ditos de abrangência estadual, sofrem o mesmo processo de abandono, agravando mais os conflitos entre o manejo e a exploração extrativa dos recursos naturais. As equipes técnicas, pela falta de atualização, pesquisa de campo que fundamentizem suas opiniões, correm sérios riscos ao defenderem portarias, decretos, ordens de serviço e etc., quando solicitados.

As pesquisas de mar, tanto na área biológica como tecnológica estão completamente paralisadas: programas importantes como REVIZEE, ECOSAR, PESCA ALTERNATIVA NA ZEE, e outros não conseguem decolar devido à total ausência de uma política de recursos humanos e de operacionalização das embarcações.

Apesar das tentativas elaboradas para reativar a estatística pesqueira a nível nacional, esta ainda não se tornou prioridade na estrutura do IBAMA. Tal fato torna-se mais evidente ao descrédito dispensado à atividade nas superintendências e, também, pela descaracterização do servidor que exerce a função de coletor de dados.

Enfim, torna-se repetitivo mencionar todas as dificuldades encontradas durante o trabalho realizado por esta comissão; porém, não podemos admitir que esta situação perdure por mais tempo; é chegado o momento de se fazer algo para inverter esta situação. Há que se propor algumas medidas de curto prazo para tentar resgatar o pouco que ainda resta de nosso pessoal e enfrentar o desafio de ocupar o destaque que o governo federal sempre teve na pesquisa e administração dos recursos pesqueiros nacionais.

Enfim, torna-se repetitivo mencionar todas as dificuldades encontradas durante o trabalho realizado por esta comissão; porém, não podemos admitir que esta situação perdure por mais tempo; é chegado o momento de se fazer algo para inverter esta situação. Há que se propor algumas medidas de curto prazo para tentar resgatar o pouco que ainda resta de nosso pessoal e enfrentar o desafio de ocupar o destaque que o governo federal sempre teve na pesquisa e administração dos recursos pesqueiros nacionais.

A par de toda a problemática descrita acima, a questão salarial não pode ser esquecida. Cabe aqui lembrar que na década de 70 os pesquisadores do Programa Brasileiro de Desenvolvimento Pesqueiro do Brasil (P.D.P.), tinham um teto salarial inicial equivalente a cerca de mil dólares/mês.

Atualmente o nível mais elevado (A III) de nossa tabela, incluindo as gratificações não passa do equivalente a setecentos dólares mensais, líquidas. Conscientes de que o arrocho salarial a que somos impostos não seja culpa exclusivamente do órgão, reivindicamos pelos menos que a nível administrativo algumas disparidades sejam corrigidas como é o caso de alguns servidores que já incorporaram via judicial as perdas salariais de planos econômicos anteriores. É desconfortante que, no mesmo órgão, técnicos exercendo a mesma função tenham salários muito diferenciados.

6. RECOMENDAÇÕES

Em face do exposto, esta comissão recomenda que seja providenciada com a máxima urgência uma tomada de posição, por parte do IBAMA, para uma abordagem direta ao problema. Como sugestão deve-se considerar, principalmente, dois caminhos a ser trilhados e que devem ser executados de forma separada ou em conjunto:

1) Esta comissão avalia que, com o atual quadro de pesquisadores existentes nas SUPES e nos Centros de Pesquisa, é impossível levar a cabo as atribuições de execução da pesquisa pesqueira a nível regional e local. Torna-se necessário uma recomposição das equipes de pesquisa e da melhoria das condições de trabalho, principalmente nas SUPES, uma vez que o atual fluxograma da pesquisa nestas unidades não oferece condições de execução de qualquer tipo de trabalho de pesquisa de campo. Considera-se que as distâncias dos locais de trabalho às fontes de produção, inviabilizam qualquer tentativa de uma obtenção sistemática das informações básicas da pesca dos principais recursos explorados.

Principalmente nos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo são necessários, além do aporte de pessoal, uma descentralização das atividades para a obtenção das amostras biológicas, fixando nos principais pontos de desembarque equipes permanentes de apoio. São inviáveis deslocamentos semanais, de mais de 600 km, com as estruturas atuais.

A estatística pesqueira, devido à importância capital que ocupa como base para o desenvolvimento de qualquer modelo de administração, deverá ter seu trabalho implementado de forma prioritária.

Com relação às DITECS, recomenda-se ao IBAMA estabelecer uma regra geral para as SUPES sobre a importância da pesquisa, estabelecendo aos administradores um procedimento a nível institucional para a valorização da atividade e do pesquisador.

A implantação de bases de operações dotadas de infra-estrutura semelhante à dos Centros de Pesquisa nos principais pólos pesqueiros seria, sem dúvida, o marco de consolidação e integração da pesquisa pesqueira.

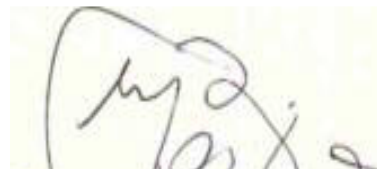
2) Reconhecem-se as imensas dificuldades político/administrativas para a contratação de pessoal e melhoria das infra-estruturas de apoio. Porém, na impossibilidade de se contar exclusivamente com nossas limitadas condições, é necessário buscar parcerias para a minimização destes problemas. Neste contexto considera-se que o IBAMA deve agilizar com extrema urgência uma política de descentralização da pesquisa pesqueira, procurando as Universidades e Instituições ligadas à pesquisa de recursos marinhos, para que, dentro de seus interesses principais, encomendem os trabalhos necessários à condução da política de administração pesqueira.

A elaboração de projetos especiais sobre os principais recursos explorados e considerados emergentes pode e deve ser de competência do IBAMA com a devida assessoria de especialistas de outras Instituições. Estes projetos, sob a coordenação de nosso pessoal técnico, seriam executados através de convênios, após uma avaliação de competência dos pretendentes. Acredita-se também, que com este procedimento assegura-se uma melhoria do nível dos trabalhos, bem como, uma cobertura mais ampla sob o aspecto interdisciplinar da atividade pesqueira.

Finalmente, recomenda-se que seja realizada com a máxima urgência uma reunião com a participação de representantes dos estados do SE/S e IBAMA/BSB, no CEPSUL, para tratar desta grave situação, a fim de tomar as medidas necessárias para que no ano de 1995 se estabeleça uma nova metodologia para a pesquisa pesqueira na região.



LUIZ FERNANDO RODRIGUES
Pesquisador
IBAMA/CEPSUL/ITAJAI / SC



Marco Aurelio Balton
Pesquisador
IBAMA / CEPSUL



Jorge Eduardo Koria
Pesquisador
IBAMA / CEPSUL